



O planejamento participativo no contexto da Comunicação Popular e Comunitária ¹

Rozinaldo Antonio MIANI ²
Camila Frazatti Rodrigues FELÍCIO ³
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

Este texto apresenta uma reflexão inicial sobre as principais características do planejamento participativo no contexto dos movimentos sociais e populares e sua compatibilidade como instrumento estratégico na formulação e/ou encaminhamento de uma política de comunicação na perspectiva da Comunicação Popular e Comunitária. Para tanto, será necessário compreender o conceito de participação, bem como as principais características dos processos de construção do planejamento participativo. A demarcação do conceito de política de comunicação no contexto dos movimentos populares e a exposição dos pressupostos da Comunicação Popular e Comunitária também fazem parte dos objetivos desse trabalho.

Palavras-chave: Comunicação Popular e Comunitária. Planejamento participativo. Movimentos sociais e populares. Política de comunicação.

1 - Introdução

A Comunicação Popular e Comunitária, como uma especificidade no interior do Campo da Comunicação, vem se constituindo a partir da contribuição teórica de vários pesquisadores. Trata-se de um processo dialético e em permanente construção e que, por isso mesmo, permite uma atuação marcada pela pluralidade de perspectivas e de referenciais teóricos. A própria definição terminológica tem sido objeto de elaborações e disputas entre tais estudiosos.

A própria expressão “Comunicação Popular e Comunitária”, nessa ordem, e entendendo os termos “popular” e “comunitário” como complementares e dialeticamente interseccionados e não como sinônimos, e menos ainda como contraditórios um em relação

¹ Trabalho apresentado no GP “Comunicação para a Cidadania” do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Rozinaldo Antonio Miani - Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária e docente do Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

³ Camila Frazatti Rodrigues Felício - Bacharel em Comunicação - habilitação em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Comunicação Popular e Comunitária pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: camila_ffr@hotmail.com



ao outro, por exemplo, é uma construção que teve origem na dinâmica do curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR) e que, através das reflexões desenvolvidas pelos seus protagonistas, vêm procurando consolidar um quadro epistemológico que dê sustentação teórico-política à referida área específica de conhecimento.

Já afirmamos em outras oportunidades que não há propriamente uma novidade nessa construção, mas reivindicamos o reconhecimento de que na expressão “comunicação popular e comunitária”, como vimos desenvolvendo,

[...] há uma reelaboração linguística, combinada com uma construção semântico-ideológica de novo teor, que procura recuperar aspectos significativos da concepção e práticas de comunicação popular e de comunicação comunitária, entendidos como realidades diferentes, e estabelecendo uma interação propositiva e dialética entre elas (MIANI; COUTINHO; SOUZA, 2007, p.10).

Apesar da importância que atribuímos à demarcação terminológica que operamos nos espaços de debates e discussões no interior do Campo da Comunicação, em relação à expressão “comunicação popular e comunitária”, reconhecemos que, independentemente da nomeação que os demais pesquisadores atribuem à referida área, existem convergências que devem ser explicitadas como elementos caracterizadores dessa especificidade nos estudos da comunicação, e que exigem um desprendimento relativo em relação à questão linguístico-semântica. A sua condição política e ideológica, enquanto comunicação contra-hegemônica; a sua contribuição efetiva nos processos de “desalienação” do sujeito; o reconhecimento de sua potencialidade educativa e participativa; e a sua natureza interdisciplinar estão entre as bases constitutivas de uma “epistemologia” da Comunicação Popular e Comunitária.

Para este trabalho, propomos uma contribuição à ampliação da dimensão interdisciplinar que constitui a Comunicação Popular e Comunitária, especificamente no que se refere à pertinência e compatibilidade dos pressupostos do planejamento participativo como a concepção de planejamento mais adequada às práticas comunicativas de perspectiva contra-hegemônica.

Para tanto, faz-se necessário um aprofundamento sobre o conceito e as condições do exercício da participação, bem como um detalhamento sobre as principais características do planejamento participativo no âmbito dos movimentos sociais e populares, na perspectiva de reconhecê-lo como instrumento estratégico na formulação



e/ou encaminhamento de uma política de comunicação no contexto da Comunicação Popular e Comunitária.

2 - Breve reflexão sobre o conceito de participação

Em sociedades democráticas, como a que presumimos ser a sociedade brasileira, o tema da participação é recorrente tanto nos estudos científicos quanto na cotidianidade das práticas sociais das mais diversas organizações. É certo que muitos espaços de participação foram abertos desde o processo de redemocratização no Brasil, com o fim da ditadura militar e a reconquista do direito ao voto popular. Porém, a questão não é mais (arriscamos, inclusive, afirmar que nunca foi) se participamos ou não, mas qual o nível dessa participação e se entendemos *como* ela se opera e *de que maneira* participamos. Até porque, de acordo com Danilo Gandin,

A participação é, contudo hoje, um conceito que serve a três desastres extremamente graves: a manipulação das pessoas pelas ‘autoridades’ através de um simulacro de participação; a utilização de metodologias inadequadas, com o conseqüente desgaste da idéia, e a falta de compreensão do que seja realmente a participação (GANDIN, 1994, p.56).

Ainda a esse respeito, Pedro Demo alerta para o tom vago que o conceito de participação muitas vezes carrega e afirma que tal conceito precisa ser muito bem delineado. Para o autor,

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (DEMO, 1999, p.18).

Seguindo seu raciocínio, Demo acrescenta que a participação não pode ser entendida como dádiva, já que deve surgir de um processo de conquista; não pode ser entendida como concessão, já que deve ser vista como um direito, como o eixo fundamental da política social; tampouco deve ser entendida como algo preexistente, já que o espaço deve ser construído, conquistado.



Nessa perspectiva, fica claro que a participação é essencialmente política e é construída historicamente pela sociedade que se opõe aos meios de dominação verticalista, pois

[...] por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação. Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade (DEMO, 1999, p.19).

Outra característica que compõem a problemática da participação é a questão do poder. Conquistar o espaço de participação implica em uma redistribuição do poder, que aproxima as possibilidades de mudanças estruturais na sociedade. Na sua discussão Demo deixa evidente esta questão ao afirmar que “o poder só pode ser controlado de forma realista por aqueles que são alijados dele, pelos desiguais. Precisamente por causa disso, está muito mais facilmente nas mãos destes a chance de mudanças históricas” (DEMO, 1999, p.31).

Sendo assim, a capacidade de transformação está realmente nas mãos daqueles que não possuem acesso ao poder constituído, nem o exerce enquanto uma condição própria de uma intervenção política individual, e que através da conquista de um espaço legítimo de participação buscam esse acesso.

Pensando a participação no contexto de práticas comunicativas, Cicília Peruzzo apresenta três modalidades de participação identificando como o poder é exercido em cada uma delas. A autora ressalta que estas modalidades não são excludentes e nem são etapas de um mesmo processo já que podem se realizar dialeticamente, num processo de construção.

A primeira modalidade é a não-participação. Aqui se considera que a própria opção por não participar, o ato de não tomar parte, é uma forma de participação passiva, que revela a submissão do sujeito ao poder imposto. O poder aqui praticado se apresenta do tipo autoritário.

A segunda modalidade é a participação controlada, considerada pela autora como a mais frequente nos processos sociais. No caso da participação controlada, a atitude de participar pode ter sido concedida, imposta ou conquistada, mas se dará dentro de certos limites previamente estabelecidos. Nessa modalidade, a participação pode ser apenas limitada, em que os sujeitos participam com certa liberdade, opinando, planejamento



através de suas próprias realidades, mesmo que o fruto do planejamento não seja implementado pelas respectivas instituições. Apesar disso, afirma Peruzzo:

Até aí, mesmo limitada, a participação é desejável e importante no processo de aprendizado participativo, de conquista da cidadania e da independência. Todavia, há que se ter cuidado para não cair nos limites do clientelismo nem se constituir numa pseudo participação, pela manipulação (PERUZZO, 1995, p.153).

A manipulação da participação pode se dar nessa modalidade, visto que são muito tênues os limites entre a participação efetiva e o falso sentimento de participação. Esta realidade é comumente apresentada quando, por exemplo, representantes de governo buscam legitimar seus atos criando uma falsa atmosfera de participação para legitimar seus atos. Nesse tipo de participação, “o exercício do poder não deixa de ser autoritário, mas apresenta-se como democrático”, pois a descentralização ocorre até certo ponto, “mas mantém intactas as principais estruturas de poder” (PERUZZO, 1995, p.154).

A terceira modalidade é a participação-poder. O exercício do poder é partilhado e os sujeitos participam com autonomia e legitimidade. Os espaços de participação são autênticos e o seu exercício é real; no entanto, em alguns casos, podem ainda existir limites para essa participação. Por isso, Peruzzo reconhece duas formas de realização da participação-poder, quais sejam, co-gestão e autogestão. Na primeira forma, são delegadas apenas algumas parcelas do poder, pois ainda se preserva algum tipo de hierarquia nas instâncias de decisão; na autogestão, por sua vez, encontramos a forma mais avançada de participação, em que os sujeitos participam plenamente na tomada de decisões. Sobre as implicações da participação-poder afirma Peruzzo:

Diante das várias possibilidades de se participar, a opção entre uma delas implica numa atitude política e metodológica. Se a motivação fundamental for o interesse político pela auto-emancipação das comunidades e pela participação das pessoas enquanto sujeito e não objeto, a forma mais apropriada seria a participação-poder (PERUZZO, 1995, p.156).

Enfim, por estar intimamente ligada ao poder, a participação precisa ser, acima de tudo, uma conquista, para que ela seja plena e para que realmente expresse a descentralização do poder. Conquistar alguma coisa atribui valor a essa coisa; é o que acontece com a participação quando ela é conquistada, não só através de confrontos, mas também de uma conscientização do indivíduo de que, na medida em que se conquista um



espaço político de representação, se caminha para a transformação concreta de uma determinada realidade.

Na perspectiva de pensar a participação nos processos de planejamento, Agenor Brighenti (1988) afirma que a participação se dá em três níveis, também considerando a forma como o poder é exercido.

Um primeiro nível é o do *poder-dominância* e se expressa por meio da expressão “planejar para o povo”; nesses processos, verifica-se o aumento da dependência para aumentar o poder. O planejamento se apresenta autoritário e verticalista em que a participação nas decisões é inexistente e as condições de execução das ações planejadas são impostas.

No segundo nível apresentado pelo autor, *poder-a-serviço*, a expressão característica é “planejar com o povo”. Nesse caso a “regra” é manter a dependência para manter o poder. São feitas consultas ao povo e este é ouvido, mas sem poder de decisão; a participação é meramente representativa e consultiva.

Por fim, no *poder-serviço*, elimina-se a dependência possibilitando a autonomia e a desconcentração do poder. Nesse tipo de participação o poder dos dominados é fortalecido criando-se, na perspectiva apresentada por Peruzzo, a participação-poder. A expressão que representa esse nível de participação é “o planejamento do povo”.

Portanto, é preciso reconhecer que a participação é um ato político e um ato educativo. Sua prática num contexto domesticador e economicamente desigual como o brasileiro diz respeito não só à participação política, mas também socioeconômica e cultural, desafio que se impõe aos movimentos sociais e populares concomitantemente aos seus objetivos estratégicos.

3 - A questão do planejamento participativo no contexto dos movimentos sociais e populares

É preciso reconhecer a importância do planejamento em qualquer esfera da vida humana. Quase tudo que fazemos cotidianamente requer um processo de planejamento, ora mais complexo, ora mais simples, a ponto de nem nos darmos conta de que estamos planejando. Nos agrupamentos sociais esta prática toma dimensões significativas para a vida saudável das organizações, chegando até a definir sua sobrevivência.

Planejar é analisar realidades, ter um objetivo a ser alcançado e desenvolver o melhor caminho para atingi-lo. Mas não é só isso. O planejamento do qual trataremos aqui,



além de explorar as esferas do “o que fazer” e do “como fazer”, exige questionar também “para quem fazer” e “para que fazer”, propiciando a emergência de questões políticas que também fazem parte do processo de organização e ação dos movimentos sociais e populares.

Um planejamento crítico se constitui a partir de duas dimensões: operacional e política. A primeira dimensão é a mais comum e visível quando falamos de planejamento e ocorre, invariavelmente, em todas as práticas de planejamento; trata da definição de metas e objetivos e de estratégias (ações) para alcançá-los em um tempo determinado, ou seja, diz respeito a um conjunto de procedimentos operativos. Muitas vezes chegamos a acreditar que planejar é somente operacionalizar, constituindo-se num grave equívoco político.

A dimensão política do planejamento é tão importante quanto a operacionalização. Nela, aglutinamos as ideias, convicções, valores, experiências sociais do grupo, delimitando (traçando) tanto a realidade vivida e percebida pelo grupo quanto seus anseios sociais e políticos de transformação dessa mesma realidade. É essa dimensão que nos apresenta a maneira de pensar e sentir o grupo, a inquietação pela mudança e os horizontes almejados. Sobre essa questão, afirma Danilo Gandin:

O planejamento político nutre-se na ideologia, na filosofia, nas ciências, enquanto o operacional baseia-se na técnica. O primeiro busca estabelecer o rumo, firmar a missão da instituição, do grupo ou do movimento que está em planejamento; o segundo busca encaminhar o fazer, para a realização, a vivência de tal rumo e tal missão (GANDIN, 1994, p.37).

A busca de coerência entre prática e teoria é alcançada com o uso conjunto e concomitante destas duas dimensões, nunca uma em detrimento da outra, mas sempre interdependentes. Segue o autor:

[...] ater-se a um nível ou outro é um erro terrível que se comete cotidianamente, em parte responsável pelas falhas da prática do planejamento. O que é necessário é estabelecer a importância relativa de cada um destes níveis e, provavelmente, no momento atual, insistir no planejamento político porque a tecnocracia o varreu da nossa presença e da nossa preocupação (GANDIN, 1994, p.37).

Nos movimentos sociais e populares o planejamento é fundamental para os processos de articulação e de organização popular e, neste caso, principalmente a dimensão política do planejamento merece uma atenção especial. O tipo de planejamento utilizado também define o sucesso ou não das ações. Entendemos que o único planejamento, com metodologia científica, que atende às necessidades dos movimentos sociais e populares, que visam a mobilização e a transformação da sociedade, é o planejamento participativo.



Pode parecer, à primeira vista, que a ideia de planejamento participativo se limita a propiciar a participação no processo do planejamento. Porém, planejar participativamente envolve muito mais do que participação em reuniões ou colher informações de todos sobre as ações a serem realizadas; é impossível exercer esse tipo de planejamento sem envolvimento político e sem o objetivo de intervenção. Até por essa razão o planejamento participativo está intrinsecamente ligado ao processo de transformação da realidade.

O primeiro passo para que o planejamento participativo possa ser desenvolvido é a aceitação, por parte de seus sujeitos, de que este é necessário, que condiz com as necessidades do grupo e que tais sujeitos são plenamente capazes de conduzi-lo em seu desenvolvimento. A instituição, o grupo social ou uma comunidade deve conhecer e compartilhar da mesma perspectiva transformadora, da qual o planejamento participativo coloca-se como ferramenta.

O planejamento participativo parte do pressuposto de que é preciso que os sujeitos do planejamento tenham consciência de sua realidade e de sua condição de oprimido e, a partir dessa compreensão, articulam ideias para transformar a realidade na qual estão inseridos. Nesse sentido afirma Gandin:

O planejamento participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a idéia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder. Isto quer dizer que a construção de uma sociedade nova, a superação da crise, se quisermos seguir no mesmo modo de falar, passa pela participação de todos. Esta participação significa não apenas contribuir com uma proposta preparada por algumas pessoas, mas representa a construção conjunta [...]. Significa, também, a participação no poder que é o domínio de recursos para realizar sua própria vida, não apenas individualmente, mas grupalmente. O planejamento participativo é o modelo e a metodologia para que isso aconteça (GANDIN, 1994, p.28).

Esta maneira de planejar atribui poder a todos, descentraliza as ações, divide as responsabilidades convertendo todos em protagonistas do planejamento e das ações desenvolvidas a partir dele; este ambiente possibilita uma condição de união e de comprometimento que dá força ao grupo.

De acordo com Seno Cornelly (1980, p.27), “o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade”, e mais especificamente do movimento social, no caso da reflexão aqui proposta, na qual participa ativamente todos os seus integrantes.



Como vimos anteriormente, a participação pode se dar em diversas modalidades; considerando as características próprias no exercício do planejamento participativo, este deve ser realizado, de preferência, na modalidade da autogestão. Porém, é preciso reconhecer que em organizações em que os sujeitos ainda estão desenvolvendo sua “maturidade participativa”, a modalidade de participação controlada/limitada pode ser utilizada no início, desde que numa perspectiva meramente didática e educativa, almejando o desenvolvimento pleno do planejamento participativo como expressão de autogestão.

Diante das considerações apresentadas até o momento, o planejamento participativo, sendo técnica e processo político, deve ser concebido como uma alternativa de gestão democrática no contexto dos movimentos sociais e populares. No limite, o planejamento participativo implica em profundas mudanças e transformações estruturais no contexto de organização política do grupo e, de maneira ainda mais contundente, na própria realidade vivenciada pelo grupo. Trata-se de despertar nos indivíduos uma clara consciência da realidade em que vivem desenvolvendo uma capacidade crítica destinada a intervir em tal realidade por meio de sua participação nos processos de tomada de decisão.

É fundamental que num processo de planejamento participativo os planejadores pratiquem a coerência entre o discurso e a prática e que tenham claramente definidos os posicionamentos que defendem, procurando o benefício da maioria e não a satisfação de interesses próprios. O planejar como ação “do povo” significa lidar com a conscientização, pois, somente assim, a participação é conquistada e não concedida. Todo o planejamento deve ser imbuído de um realismo lógico, ou seja, deve se voltar para o concreto, para o real, para aquilo que realmente é possível ser feito.

Antes, durante e após o processo, os pesquisadores envolvidos com o processo de planejamento participativo poderão orientar, sugerir coordenadas, propor correções de erros ou desvios, não se limitando apenas a representar indiretamente os interesses da comunidade ou do grupo, sem a participação direta dos seus integrantes. Este trabalho de mediação foi assim analisado por Ilse Scherer-Warren:

O trabalho de mediação e educação popular compreende duas facetas principais: uma da prática política direta, organizativa e conscientizadora; outra da prática reflexiva, produtora de novas compreensões e conhecimentos sobre a realidade social. Essas duas dimensões devem complementar-se e se integrar no desenrolar da atuação (SCHERER-WARREN, 1999, p.61).



Por fim, o planejamento participativo, respeitando o rigor científico, deve ser desenvolvido levando em consideração, principalmente, a dialética da participação e da construção coletiva que, no limite, implica em garantir a democracia e possibilitar a prática da negociação e da administração de conflitos.

4 - A compatibilidade do planejamento participativo com os pressupostos da Comunicação Popular e Comunitária

Como vimos anteriormente, o planejamento participativo propõe, antes de tudo, se constituir como um processo político, concebido como uma alternativa de gestão democrática e marcado por um compromisso de emancipação dos sujeitos envolvidos no processo do planejamento.

A Comunicação Popular e Comunitária, por sua vez, enquanto concepção e prática de um fazer comunicativo de natureza contra-hegemônica, também visa, para além de seus objetivos imediatos do comunicar numa perspectiva político-ideológica comprometida com os interesses das classes subalternas, conduzir os sujeitos protagonistas das práticas comunicativas a um processo de emancipação e de “desalienação” por meio de uma atuação política marcada pela valorização dos processos participativos.

No contexto dos movimentos sociais, e de maneira ainda mais específica dos movimentos populares, o planejamento participativo se apresenta como o instrumental técnico e político de planejamento mais apropriado para o estabelecimento de uma política de comunicação para tais organizações sociopolíticas.

Por movimentos populares, como uma das expressões dos movimentos sociais, entendemos tratar-se da variedade de formas de organização sociopolítica autônoma dos setores das classes subalternas que atuam invariavelmente na perspectiva de enfrentamento ao sistema capitalista e ao seu instrumento de dominação: o Estado. Esses movimentos atuam sobre as contradições entre as classes subalternas e as condições de reprodução social da força de trabalho patrocinadas pelo Estado. Incluem-se na definição de movimentos populares todos os movimentos, grupos e organizações que atuam na área de circulação e consumo de mercadorias e de bens de uso coletivo (saúde, educação, transporte, abastecimento, saneamento básico), bem como os que se confrontam diretamente com o capital na área de reprodução social (exemplo dos sem terra e sem teto) e ainda aqueles que enfrentam a ideologia de dominação nas lutas políticas do cotidiano (ecológicos, direitos humanos, grupos de teatro). Em todos esses casos, exige-se que o



movimento popular seja autônomo, ou seja, sem vínculos de dependência com Estado, empresas privadas, Igrejas ou instituições de assessoria (ONGs). O fato de algumas organizações terem seu centro de decisão situados, em última instância, fora de seu próprio âmbito, os qualificaria em outra natureza de movimentos (MIANI, 2008).

Neste contexto, devemos reconhecer que o conceito de política de comunicação se materializa como um fator de organização e mobilização dos próprios movimentos. Nesse sentido, em outra oportunidade, afirmamos que

Política de Comunicação se define por um conjunto de diretrizes políticas, de natureza permanente e orgânica, sobre a comunicação de uma determinada organização social, invariavelmente materializado por práticas e produções comunicativas planejadas e executadas de forma participativa e dentro de parâmetros de eficiência e eficácia, desempenhando papel formativo e informativo no processo de Educação Popular, com vistas à conscientização, dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente pelos objetivos estratégicos da organização (MIANI; FREGONESI, 2008, p. 60-61).

Ao tomar a decisão política de encaminhar a constituição de uma política de comunicação, um determinado movimento popular poderia dispor de diferentes procedimentos para a realização do seu planejamento. Contudo, considerando que as práticas comunicativas definidas no contexto da referida política de comunicação teriam como referência os pressupostos da Comunicação Popular e Comunitária e, portanto, dentre outras questões, primariam pelos processos participativos numa perspectiva educativa e emancipatória, o planejamento participativo apareceria aí como o mais adequado instrumental para o exercício dessa ação de planejar.

Enfim, por sua condição de processo político comprometido com o estabelecimento de ações que se destinam a contribuir com os processos de transformação da realidade dos sujeitos envolvidos, o planejamento participativo se constitui, de maneira inexorável, como o mais apropriado modelo de planejamento a ser praticado no contexto dos movimentos populares em suas práticas comunicativas identificadas pelos pressupostos da Comunicação Popular e Comunitária.

5 - Considerações Finais

Os esforços por estabelecer aproximações entre as diversas áreas do conhecimento, no sentido de consolidar os princípios de uma interdisciplinaridade, especificamente neste



caso na constituição de uma “epistemologia” da Comunicação Popular e Comunitária, ganham um importante reforço com esta tentativa preliminar e inacabada de estabelecer uma reflexão sobre a pertinência e compatibilidade do planejamento participativo com aquela referida especificidade no campo da Comunicação.

A convergência entre os pressupostos políticos que compõem o quadro conceitual do planejamento participativo e da Comunicação Popular e Comunitária já apontava para a possibilidade de uma organicidade política e ideológica entre as duas práticas e que, tão somente, procuramos explicitá-la.

Outros aspectos poderiam (e devem) ser aprofundados para consolidar essa aproximação, mas para o momento acreditamos ter lançado as bases para esta reflexão.

Referências

BRIGHENTI, Agenor. **Metodologia para um processo de planejamento participativo**. São Paulo: Paulinas, 1988.

CORNELLY, Seno A. Subsídios sobre Planejamento Participativo. In: BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Subsídios ao planejamento participativo**. Brasília: MEC/DDD, 1980, pp. 27-38.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Revista Currículo sem Fronteiras**. Porto Alegre, jan-jun 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Apontamentos sobre a definição de movimento popular na atualidade**. 2008 (mimeo).

MIANI, Rozinaldo A.; FREGONESI, Ludmilla A. A Política de Comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In: FUSER, Bruno (org.) **Comunicação para a cidadania**: caminhos e impasses. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, pp. 53-63.



MIANI, Rozinaldo A.; COUTINHO, Nayara C.; SOUZA, Jean E. A disputa da hegemonia no campo da Comunicação: crítica à sociedade midiaticizada e os pressupostos contra-hegemônicos da Comunicação Popular e Comunitária. In: IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul - Intercom Sul. Guarapuava; PR, 2008. **Anais**. IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul - Intercom Sul, 2008.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa. In: PERUZZO, Cícilia Maria Krohling (org). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ação coletiva na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.